



Djalma Pinto



# Direito Eleitoral

Improbidade Administrativa e  
Responsabilidade Fiscal – Noções  
Gerais

2ª Edição  
Revista e Atualizada

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2005

*Decálogo*

LIVRARIA E EDITORA  
decalogo@mandamentos.com.br  
(31) 3226 7717-3274 2  
Rua Espírito Santo, 1.025-Loja-H-f  
Temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo



# Sumário

*Apresentação*, 13

- 1 INTRODUÇÃO: O DIREITO ELEITORAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE, 15
  - 1 A finalidade do Direito, 15
  - 2 Alternância do poder e golpe, 16
  - 3 A ruptura da democracia, 17
  - 4 A compreensão do Direito, 18
  - 5 O Direito Eleitoral e a fragilização do Direito brasileiro, 20
  - 6 A alegação de ausência de lei, 22
  - 7 Os efeitos do Direito mal concebido, 24
  - 8 A consolidação do Direito pelo bom exemplo e pela sanção, 25
  - 9 Responsabilidade de cada um pelos rumos do Direito, 27
  
- 2 O DIREITO ELEITORAL, 29
  - 1 Conceito, 29
  - 2 Conteúdo do Direito Eleitoral, 30
  - 3 Fontes do Direito Eleitoral, 33
  - 4 Autonomia do Direito Eleitoral, 37
  - 5 Objeto, 38
  - 6 Relação com os demais ramos do Direito, 39
  - 7 Interpretação, 40
  
- 3 ATUAÇÃO DA JURISDIÇÃO ELEITORAL, 44
  - 1 A Justiça Eleitoral, 44
  - 2 Órgãos da Justiça Eleitoral, 46
  - 3 Mesa receptora, 47

- 4 A segunda instância eleitoral, 49
  - 5 Instância superior, 49
  - 6 Competência da Justiça Eleitoral, 53
  - 7 Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais, 55
  - 8 Competência do Tribunal Superior Eleitoral, 56
  - 9 Competência para fixação do número de vereadores, 57
  - 10 Retrospectiva da atuação da Justiça Eleitoral, 61
  - 11 O abuso e a conquista do poder, 64
  - 12 O momento do afastamento do cargo, 67
  - 13 Efeitos da Súmula 1 do TSE, 68
- 
- 4 OS DIREITOS POLÍTICOS, 72
    - 1 Conceito, 72
    - 2 Surgimento, 73
    - 3 Soberania popular, 74
    - 4 Banalização da expressão *soberania popular*, 76
    - 5 Povo, população e nação, 78
      - 5.1 População, 79
      - 5.2 Nação, 80
    - 6 Desvio de finalidade no exercício do mandato, 80
    - 7 Privilégios, 82
    - 8 Perda dos direitos políticos, 83
- 
- 5 O POVO E SUA REPRESENTAÇÃO, 87
    - 1 A representação popular, 87
    - 2 Povo na democracia de Atenas, 88
    - 3 O poder do povo em Roma, 89
    - 4 A democracia com delegação de poderes, 93
    - 5 O mandato político no Brasil, 94
    - 6 A essência do mandato eletivo, 96
    - 7 O povo sem representantes, 98
- 
- 6 ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS, 100
    - 1 Os partidos políticos, 100
    - 2 O programa, 102
    - 3 Partido, sociedade e Estado, 104
    - 4 A criação do partido no Brasil, 107
    - 5 A representação partidária, 109
    - 6 A ausência de cultura partidária, 110

- 7 Objetivo, 112
- 8 Natureza jurídica do partido político, 114
- 9 Autonomia dos partidos, 116
- 10 O partido político e o mandato, 117
- 11 A competência para julgar demanda entre partido e filiado, 118
- 12 Mandado de segurança contra ato de partido, 122
- 13 Unipartidarismo e pluripartidarismo, 123
- 14 Partido, candidato e eleição, 124
- 15 Coligação, 125

## 7 PRINCÍPIOS ESSENCIAIS NA DEMOCRACIA, 128

- 1 O princípio da igualdade, 128
- 2 O princípio da legalidade administrativa, 135
- 3 Direito de oposição, 137
- 4 A desigualdade gerada pelo poder, 139

## 8 CAPACIDADE ELEITORAL, 141

- 1 Conceito, 141
- 2 Alistamento eleitoral, 142
- 3 Requisitos do alistamento eleitoral, 143
- 4 Fases, 144
- 5 Vedação ao alistamento, 144
- 6 Efeitos do alistamento, 145
- 7 Obrigatoriedade do alistamento, 145
- 8 Transferência, 145
- 9 Limitações pelo descumprimento do dever eleitoral, 146
- 10 Cancelamento e exclusão, 147

## 9 ELEGIBILIDADE, 150

- 1 Conceito, 150
- 2 Requisitos, 151
  - 2.1 Domicílio eleitoral, 153
- 3 Inelegibilidade, 155
- 4 Registro da candidatura, 161
- 5 Substituição de candidato, 162
- 6 Impugnação do registro da candidatura, 165

## 10 SISTEMAS ELEITORAIS, 168

- 1 Conceito, 168

- 2 Sistema majoritário, 169
  - 3 Sistema proporcional, 170
  - 4 Sistema misto, 175
  - 5 Cláusula de barreira, 176
  - 6 Eleição, 177
  - 7 Voto, 179
  - 8 Votação, 180
  - 9 Voto eletrônico, 182
  - 10 Sufrágio, 183
  - 11 Classificação do sufrágio, 184
  - 12 Valor do sufrágio, 185
  - 13 Escrutínio, 186
- 11 PROCESSO ELETIVO, 187
- 1 Período eleitoral, 187
  - 2 Processo eleitoral, 191
  - 3 Investigação judicial eleitoral, 192
  - 4 Julgamento da investigação judicial após a diplomação, 197
  - 5 Abuso do poder econômico, 198
  - 6 Nexo de causalidade, 199
  - 7 Captação ilícita de sufrágio, 201
  - 8 A constitucionalidade do art. 41-A, 205
  - 9 Ação de impugnação de mandato eletivo, 210
- 12 PROPAGANDA ELEITORAL, 214
- 1 Propaganda política, 214
  - 2 Propaganda eleitoral, 215
    - 2.1 Propaganda lícita, 218
    - 2.2 Propaganda criminoso, 220
    - 2.3 Propaganda irregular, 221
  - 3 Propaganda partidária, 222
  - 4 Propaganda institucional, 225
  - 5 Época, técnica e liberdade de propaganda, 227
  - 6 Medidas processuais relativas à propaganda, 228
  - 7 Pesquisas eleitorais, 229
  - 8 Aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, 232
- 13 RECURSOS ELEITORAIS, 235
- 1 A inércia da jurisdição, 235

- 2 Recurso no Direito Eleitoral, 236
  - 3 Sucumbência ou lesividade da manifestação recorrida, 237
  - 4 Efeitos suspensivo e devolutivo, 237
  - 5 Prazo, 240
  - 6 Tipos de recurso, 241
  - 7 Recurso contra a diplomação, 243
  - 8 Juízo de admissibilidade, 248
- 14 O MINISTÉRIO PÚBLICO NA JURISDIÇÃO ELEITORAL, 251
- 1 Conceito, 251
  - 2 Funções, 251
  - 3 Posição institucional, 252
  - 4 Órgãos e composições, 252
  - 5 Competência, 253
  - 6 Papel do Ministério Público contra os abusos de poder, 253
  - 7 Sanções penais e sanções de inelegibilidade, 254
  - 8 Participação do Ministério Público para preservação da lisura do processo eleitoral, 255
  - 9 Ministério Público e partidos políticos, 256
- 15 CRIMES ELEITORAIS, 258
- 1 Conceito de crime, 258
  - 2 Crimes eleitorais, 260
  - 3 Natureza dos crimes eleitorais, 264
  - 4 Classificação e espécies, 265
  - 5 Conexão dos crimes eleitorais, 266
  - 6 Competência para julgamento, 268
  - 7 Prescrição, 272
  - 8 Penas nos crimes eleitorais, 273
  - 9 Titularidade da ação penal eleitoral, 275
  - 10 Princípios no processo penal eleitoral, 277
  - 11 Competência para realização do inquérito, 279
- 16 NULIDADE, 281
- 1 Nulidade, 281
  - 2 Nulidade em Direito Eleitoral, 283
  - 3 Nulidade da votação, 286

17 MORALIDADE ADMINISTRATIVA, 293

- 1 Moralidade, 293
- 2 Ética, 297
- 3 O bom exemplo como fator de propagação da ética, 301
- 4 *Impeachment* por improbidade administrativa, 303
- 5 *Impeachment* de ministro do STF, 304
- 6 *Impeachment* do Presidente da República, 307
- 7 *Impeachment* de governadores, 311
- 8 *Impeachment* na órbita municipal, 313
- 9 Ilícitos cometidos por prefeitos, 316
- 10 Afastamento do cargo no início do processo de cassação, 318
- 11 Competência para julgamento após o afastamento da função, 321
- 12 Crime de responsabilidade e Lei de Improbidade, 324

18 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 326

- 1 Improbidade administrativa, 326
- 2 A exigência de coisa julgada, 336
- 3 A ação de improbidade, 340
- 4 Foro competente, 342
- 5 Prescrição, 344
- 6 Ação popular × ação de improbidade, 344
- 7 Ação civil pública, 348
- 8 Denúnciação caluniosa, 350
- 9 Aprovação das contas pela Câmara nos casos de improbidade, 351
- 10 A improbidade por não-aplicação de 25% na educação, 353

19 RESPONSABILIDADE FISCAL, 357

- 1 Antecedentes, 357
- 2 Responsabilidade, 358
- 3 A Lei de Responsabilidade Fiscal, 360
- 4 Equilíbrio entre receita e despesa, 361
- 5 Limites da despesa com pessoal, 362
- 6 Participação popular e transparência na despesa, 364
- 7 Autoridades sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal, 365

*Bibliografia*, 367